
CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

16 de julho de 2026

Exames Nacionais — Governo reconhece fracasso, mas insiste em descarregar o insucesso das suas opções políticas nos professores

A admissão, hoje feita pelo Ministro da Educação, Ciência e Inovação, de que poderá não ser possível divulgar a totalidade das classificações dos exames nacionais na data prevista constitui o reconhecimento inequívoco de que o Governo perdeu o controlo de um processo que tinha a obrigação de planear, organizar e garantir.

Ao admitir que continuam por classificar milhares de itens das provas, o ministro confirma aquilo que professores, sindicatos e diversos intervenientes educativos vêm denunciando há semanas: o processo de realização, digitalização e classificação dos exames nacionais foi conduzido de forma errática, sem a preparação necessária e sem as garantias de fiabilidade exigíveis.

Mais grave do que o reconhecimento tardio dos problemas é a insistência do ministro em procurar transferir responsabilidades para os professores. Em vez de assumir os erros políticos e de gestão que conduziram à situação atual, Fernando Alexandre voltou a apontar o dedo aos docentes, numa tentativa inaceitável de desviar a atenção das verdadeiras causas da crise.

Esta atitude surge na sequência das declarações do Primeiro-Ministro, que já havia procurado lançar suspeições sobre os professores, insinuando que estes estariam a bloquear ou a dificultar o processo de classificação. Os factos demonstram precisamente o contrário.

Quem tinha a responsabilidade de garantir o funcionamento do sistema era o Governo. Os professores não criaram esta crise. Pelo contrário, foram eles que impediram que a situação assumisse proporções ainda mais graves.

As falhas verificadas na plataforma informática não resultam de qualquer acaso tecnológico. Antes delas existiu uma decisão política profundamente errada: o desmantelamento de estruturas técnicas e operacionais do Ministério da Educação, Ciência e Inovação que, durante décadas, asseguraram a organização e o acompanhamento de processos complexos como os exames nacionais.

Em nome de uma alegada modernização administrativa, foram extintos organismos, reduzidos serviços e afastados técnicos com experiência acumulada e conhecimento

especializado. Foi destruída capacidade instalada, desvalorizado o conhecimento técnico e ignorados sucessivos alertas para os riscos envolvidos.

Mesmo perante os problemas identificados durante os testes realizados em 2025 — que revelaram falhas semelhantes às que agora vieram a verificar-se em larga escala — o Governo decidiu avançar sem corrigir as fragilidades existentes. Fê-lo num processo marcado pelo amadorismo, pelo experimentalismo e pela ausência de prudência política.

As consequências estão agora à vista de todos.

Enquanto o sistema evidenciava falhas sucessivas, foram milhares os professores que, com elevado sentido de responsabilidade profissional, aceitaram condições de trabalho excecionais para garantir a continuidade do processo de classificação. Muitos receberam provas durante a noite e ao fim de semana, trabalharam horas consecutivas sem previsibilidade nem apoio adequado e adaptaram-se, sucessivamente, às dificuldades criadas pela própria administração educativa.

Ao mesmo tempo, foram mobilizados milhares de elementos das forças de segurança, gastos milhões de euros em operações extraordinárias e colocados técnicos a procurar documentos e folhas de prova em condições que não dignificam a administração pública nem inspiram confiança às famílias.

Apesar deste esforço coletivo, os professores são agora transformados nos primeiros responsáveis por um problema que não criaram.

A FENPROF considera esta atitude inaceitável e profundamente desrespeitosa para com os profissionais que, diariamente, asseguram o funcionamento da Escola Pública.

A verdade é simples: se o sistema não entrou numa situação de rutura total, isso deve-se exclusivamente ao profissionalismo, à dedicação e ao sentido de responsabilidade dos docentes.

Os exames nacionais exigem rigor, transparência e confiança pública. Essa confiança foi seriamente abalada. Os sucessivos alertas foram ignorados, as fragilidades foram sistematicamente desvalorizadas e os problemas denunciados foram frequentemente classificados como alarmismo.

O que hoje acontece não resulta de uma fatalidade nem de um mero incidente tecnológico. É a consequência direta de opções políticas erradas, de decisões irresponsáveis e de uma gestão manifestamente incompetente.

Os alunos e as suas famílias têm toda a legitimidade para questionar a fiabilidade do processo. Como podem confiar plenamente nos resultados quando o próprio Ministro da Educação admite não estar em condições de garantir que todas as classificações serão divulgadas na data prevista?

Não é aceitável que falhas de gestão, erros tecnológicos e decisões políticas sejam descarregados sobre quem trabalha nas escolas. Os professores fizeram muito mais do que aquilo que lhes era exigível. O Governo, pelo contrário, falhou na sua responsabilidade essencial: assegurar um processo credível, organizado, transparente e digno da importância dos exames nacionais.

Depois de tudo o que aconteceu, o Ministro da Educação já não pode continuar a esconder-se atrás dos professores.

Acresce que a crise foi acompanhada por uma sucessão de declarações que os acontecimentos vieram desmentir. O ministro garantiu o bom funcionamento da plataforma; assegurou que, no dia 1 de julho, todas as provas estavam digitalizadas; acusou os professores de alarmismo e de difundirem informações falsas; negou problemas cuja existência viria mais tarde a ser confirmada. Também procurou minimizar as dificuldades relacionadas com as instruções de classificação, quando estas eram já amplamente conhecidas pelos classificadores.

O mais preocupante é que tudo indica que a situação está longe de estar resolvida. Depois de ter garantido que os problemas tecnológicos estavam ultrapassados, o ministro anunciou a manutenção do mesmo modelo para a segunda fase dos exames, chegando mesmo a insinuar que o principal obstáculo residiria no trabalho dos professores e apelando a um esforço adicional daqueles que já têm sido chamados a compensar os erros da tutela.

A realidade veio, uma vez mais, confirmar aquilo que a FENPROF afirmou publicamente no Porto, no passado dia 8 de julho: Fernando Alexandre perdeu a autoridade política necessária para conduzir este processo e não reúne condições para continuar a exercer o cargo com a credibilidade que a situação exige.

Num Estado de direito democrático, governar significa assumir as consequências das próprias decisões. Chegou o momento de o Governo abandonar a procura de bodes expiatórios e assumir, com transparência e humildade, o fracasso da sua atuação.

Professores, alunos e famílias merecem respeito. A Escola Pública merece competência, rigor e responsabilidade. E o país merece governantes capazes de assumir os seus erros, em vez de procurarem culpados entre aqueles que, com o seu trabalho e dedicação, têm evitado que esta crise assumia proporções ainda mais graves.